



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

1º Processo Seletivo Público Unificado de 2015 para formação de cadastro reserva de estagiários de nível superior do curso de  
**Direito**

**CADERNO DE PROVA**  
**Questões Objetivas e Dissertativas**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Conferir se o Caderno de Prova contém 13 páginas, contando com a capa e com as folhas de rascunho, e 04 (quatro) Folhas de Respostas.
2. Ler as questões objetivas com atenção e marcar um, e somente um, dos campos da Folha de Resposta. Marcações incorretas acarretarão na anulação da questão.
3. A prova deverá ser respondida com caneta de tinta azul ou preta.
4. Durante a realização da prova, não será permitida comunicação e troca/empréstimo de materiais entre os candidatos sem autorização do fiscal de sala.
5. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído nesse tempo o preenchimento da folha de resposta.
6. O candidato não poderá retirar-se da sala em que estiver realizando a prova antes de decorrido 30 (trinta) minutos do respectivo início;
7. Deverão permanecer na sala, até a entrega da última prova, pelo menos 3 (três) candidatos;
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de prova e as folhas de respostas e deixe o local.



1	6	11	16	21	26	31	36
2	7	12	17	22	27	32	37
3	8	13	18	23	28	33	38
4	9	14	19	24	29	34	39
5	10	15	20	25	30	35	40



## GRUPO 1 - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

### 1. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o Supremo Tribunal Federal exerce o controle concentrado de constitucionalidade através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.
- b) A norma declarada inconstitucional pelo STF é nula desde sua origem. Assim, a declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado sempre tem efeitos retroativos à data da origem da norma impugnada, pois a norma nula não pode produzir efeitos jurídicos.
- c) O controle difuso de constitucionalidade caracteriza-se pela possibilidade de todos os juízes e tribunais poderem apreciar a constitucionalidade de ato normativo no julgamento de caso concreto a eles submetido. Neste caso não é necessário as partes requeiram ao juiz ou tribunal a declaração de inconstitucionalidade, podendo ser declarada a inconstitucionalidade da norma mesmo que nenhuma das partes assim requeira.
- d) O sistema de controle de constitucionalidade brasileiro não admite em nenhuma hipótese que uma norma, a princípio declarada constitucional pelo STF, venha a ser posteriormente declarada inconstitucional pelo STF em razão de mutação constitucional.

### 2. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos após ratificados, aprovados pelo Congresso Nacional e promulgados, passam a ter nível de normas constitucionais.
- b) Em razão do Princípio Constitucional da Reserva do Possível, certos direitos fundamentais podem ser limitados no caso concreto pela incidência daquele princípio.
- c) Em razão do Princípio Fundamental da Presunção de Inocência (Art. 5º, LVII, da CF), somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória da ação de improbidade administrativa poderão restar caracterizadas as inelegibilidades introduzidas pela Lei Complementar nº 135/2010 ("Lei da Ficha Limpa"), as quais visam proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
- d) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

### 3. Assinale a alternativa correta:

a) Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

c) Mesmo havendo divergência na nomenclatura da classificação, é possível do ponto de vista do conteúdo afirmar que o poder constituinte derivado se divide em poder constituinte derivado reformador: criado pelo poder constituinte originário para reformar as normas constitucionais, através de emendas constitucionais; poder constituinte derivado decorrente: também criado pelo poder constituinte originário, o qual investiu os estados-membros do poder de elaborar suas próprias constituições; e poder constituinte derivado revisor, também criado pelo poder constituinte originário, o qual outorgou a possibilidade de revisão do texto constitucional através de procedimento legislativo simplificado na revisão constitucional prevista no Art. 3º, do ADCT.

d) São funções essenciais à Justiça o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia, a Defensoria Pública e a Polícia.

### 4. Assinale a alternativa correta:

a) o Direito Fundamental à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (Art. 5º, X, da CF) impede que a Receita Federal do Brasil tenha acesso às informações bancárias do contribuinte para fins fiscais sem prévia autorização judicial.

b) o Direito Fundamental ao Sigilo de Comunicação (Art. 5º, XII, da CF) impede que o Ministério Público Federal tenha acesso direto, sem prévia autorização judicial, às informações dos dados cadastrais dos investigados que informem a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pelas empresas telefônicas.

c) só é possível impetrar habeas corpus contra ato ilegal e arbitrário emanado de autoridade do Poder Judiciário que determina a prisão do cidadão.

d) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o habeas corpus quando o paciente é o Vice Presidente da República, mesmo se tratando de mandado de prisão expedido por juiz federal de primeira instância;

**5. Assinale a alternativa correta:**

a) a ação declaratória de constitucionalidade e a ação declaratória de inconstitucionalidade foram inovações aos sistema brasileiro de controle de constitucionalidade trazidas pela Constituição de 1988.

b) A Constituição Federal de 1988 é classificada, quanto a sua estabilidade, como uma constituição rígida (ou super-rígida para alguns), pois não pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário e, em algumas partes, é imutável.

c) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Procurador Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

d) O Art. 5º, *caput*, da CF, ao prescrever que “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*” veda a instituição de cotas para acesso às Universidades Públicas que tenham como critério a origem racial.

**6. Assinale a alternativa correta:**

a) O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 possui status constitucional e, assim, força normativa.

b) o Direito à Vida é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 a partir do momento da formação do embrião, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional lei que autorizava o uso de embriões *in vitro* em pesquisas científicas.

c) Na extradição aplica-se o princípio da especialidade, ou seja, o extraditado somente poderá ser processado no país estrangeiro para onde foi extraditado pelo delito objeto do pedido ao Supremo Tribunal Federal.

d) Os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa se aplicam em sede de inquérito policial, pois o princípio acusatório exige a paridade de armas durante toda a persecução penal.

**7. Assinale a alternativa correta:**

a) para impetrar habeas corpus o impetrante deve possuir capacidade postulatória ou estar assistido por advogado.

b) Procurador da República não pode impetrar habeas corpus, pois o remédio constitucional é prerrogativa da defesa contra atos do Poder Público e não instrumento da acusação.

c) em nenhuma hipótese a ação constitucional do habeas corpus pode ser suprimida do ordenamento jurídico brasileiro, também não podendo em nenhuma hipótese ter seu âmbito de atuação restringido.

d) Não caberá habeas corpus em relação ao mérito de punições disciplinares militares.

**8. Assinale a alternativa correta:**

a) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício do mandato eletivo de prefeito, não se afastará de suas atividades havendo compatibilidade de horários, percebendo assim a remuneração do cargo de prefeito e a sua anterior remuneração.

b) o parlamentar do Congresso Nacional pode ter decretada sua prisão preventiva por ordem do Supremo Tribunal Federal.

c) A imunidade processual do parlamentar permite que a Casa Legislativa à qual pertence suste o andamento da ação penal proposta em relação a crime cometido após a diplomação, não podendo ser sustada a ação penal em relação a crimes anteriores à diplomação.

d) a imunidade parlamentar formal não impede a instauração de inquérito policial contra o parlamentar, mas permite a suspensão do inquérito por decisão da Casa Legislativa à qual pertence quando o crime foi praticado após a diplomação.

**9. Assinale a alternativa correta:**

a) são princípios constitucionais da administração pública os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e igualdade.

b) o poder disciplinar da administração pública permite que esta aplique sanções aos particulares que desobedeçam os regulamentos e normas administrativas.

c) descentralização é a distribuição de competências administrativas de uma para outra pessoa, física ou jurídica, com personalidade

jurídica própria. Já a desconcentração é a distribuição interna de competências administrativas dentro de uma mesma pessoa jurídica.

d) as autarquias, assim como as fundações, podem ter personalidade jurídica de direito público como de direito privado.

**10. Assinale a alternativa correta:**

a) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão.

b) a autorização administrativa, em sentido amplo, é o ato administrativo unilateral, vinculado e declaratório pelo qual a Administração faculta ao particular o uso de bem público, prestação de serviço público, desempenho de atividade material ou prática de ato que, sem o consentimento da administração, seriam ilegais.

c) a aprovação é ato unilateral e vinculado da administração pública pelo qual exerce o controle do ato administrativo, sendo condição de eficácia do ato administrativo quando exigida.

d) a homologação é ato unilateral e discricionário da administração pública no qual reconhece a legalidade de ato jurídico.

**11. Assinale a alternativa correta:**

a) somente o Ministério Público Federal tem legitimidade ativa para propor ação de improbidade administrativa contra os agentes públicos federais.

b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os parlamentares federais pela prática de ato de improbidade administrativa.

c) prescreve em 5 anos a pretensão de propositura de ação de improbidade administrativa a partir da data do fato.

d) caracteriza ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas.

**12. Assinale a alternativa correta:**

a) as sanções impostas pela lei de improbidade administrativa possuem natureza penal.

b) as sanções aos atos de improbidade administrativa previstas na Lei nº 8.429 (perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos; pagamento de multa civil; proibição de contratar com

o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário) devem ser aplicadas de forma cumulativa, não podendo o magistrado optar por aplicar apenas algumas das sanções no caso concreto.

c) o chamado “peculato de uso” constitui ato de improbidade administrativa.

d) somente pessoas jurídicas de direito público são tuteladas pela lei de improbidade administrativa.

**GRUPO 2 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**13. Assinale a alternativa incorreta.**

a) O princípio da insignificância (delito de bagatela) constitui causa supralegal de exclusão de tipicidade.

b) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, ele é por este absorvido, aplicando-se o princípio da consunção, na modalidade de *antefactum* não punível.

c) O conflito aparente de normas penais incriminadoras, positivo ou negativo, ocorre sempre que dois juízos declaram-se competentes ou incompetentes para determinada causa penal, constituindo, respectivamente, os conflitos positivo e negativo.

d) O delito previsto no art. 269 do Código Penal (deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória), trata-se de crime omissivo puro, crime próprio, norma penal em branco e crime de mera conduta.

**14. Quando o agente, mediante mais de uma conduta (ação ou omissão), pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, devendo os subsequentes, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, ser havidos como continuação do primeiro, ocorre o (a) chamado (a):**

a) Crime continuado.

b) Progressão criminosa.

c) Concurso formal impróprio de crimes.

d) Concurso formal próprio de crimes.

**15. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Culpa imprópria é aquela na qual o legislador atribui uma pena por crime culposo a agente que pratica crime doloso, como ocorre, por exemplo, no caso de erro do tipo vencível.
- b) Segundo a teoria da imputação objetiva, para a caracterização de um ilícito penal, dentre outros fatores, necessário que o agente tenha criado uma situação de risco juridicamente proibido.
- c) Elemento normativo é o componente do tipo penal cujo significado é extraído por meio de um juízo de valoração.
- d) Considerando a teoria finalista da ação, ausentes o dolo e a culpa, o fato, mesmo que típico e, eventualmente, antijurídico, deixa de ser culpável.

**16. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) O delito de quadrilha só se consuma com a prática de algum crime, pelo bando ou por algum de seus integrantes.
- b) A teoria do domínio do fato no concurso de pessoas, define o autor como aquele que tem poder decisório e é fundamental à realização adequada da empreitada criminosa.
- c) Erro de proibição, coação moral irresistível e obediência hierárquica são causas excludentes de culpabilidade.
- d) Pelo princípio da pessoalidade, ou da personalidade, ou ainda da responsabilidade pessoal, a pena não pode passar da pessoa do delinquente, podendo, entretanto, a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento dos bens ser, nos termos da lei, estendidos aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

**17. Sobre as condições objetivas de punibilidade.**

- a) São elementos constituintes do tipo penal que não necessitam de uma valoração subjetiva para sua hermenêutica (elementos normativos), ou que não estão ligados a conduta em si (elementos subjetivos).
- b) Determinados requisitos ou certos resultados cuja existência objetiva condiciona a punibilidade da ação típica, antijurídica e culpável.
- c) Ocorre nos chamados crimes de resultado, quando, para a caracterização do delito, necessária a ocorrência do resultado naturalístico, abrangido pelo dolo ou culpa do agente.

d) Hipótese excepcional em que a responsabilidade do agente independe de dolo ou culpa, como ocorre, por exemplo, na imputação por fato decorrente de embriaguez completa não decorrente de fato fortuito ou força maior, nestes casos, o Direito Penal antecipa o elemento subjetivo do tipo para o momento da embriaguez pela teoria da *actio libera in causa*.

**18. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Detração é o restabelecimento da vigência de uma lei revogada pela revogação da lei que a tenha revogado.
- b) O decreto de indulto coletivo não é auto-executável, pois os casos concretos devem ser submetidos à avaliação judicial (juiz de execução) ouvido o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.
- c) Há delitos imprescritíveis em nosso ordenamento.
- d) Constitui característica da teoria da prevenção geral positiva relativa à pena, a pretensão de afirmar a validade da norma desafiada pela prática criminosa.

**19. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) No Brasil é possível a responsabilidade penal da pessoa jurídica em caso de crimes ambientais.
- b) Pelo princípio da presunção de inocência somente será possível a condenação por crime de lavagem de dinheiro se houver prévia ou simultânea condenação pelo crime antecedente.
- c) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não havendo lançamento definitivo do crédito tributário, não se tipifica o crime contra a ordem tributária prevista no art. 1º da Lei 8.137 (supressão ou redução de tributo, contribuição social, ou qualquer acessório, mediante determinadas condutas ali mencionadas).
- d) Não é vedada a progressão de regime do réu condenado pela prática de tráfico de drogas.

**20. Das categorias de crime abaixo, indique a única que, pela doutrina majoritária, admite a tentativa.**

- a) Crime de atentado.
- b) Crime unisubsistente.
- c) Crime de mera conduta.
- d) Crime habitual.

**21. Assinale a alternativa incorreta.**

a) Apesar da posição institucional contrária da Ordem dos Advogados do Brasil, não é necessária a presença de profissional da advocacia (defesa técnica) no interrogatório do réu.

b) As normas processuais penais têm aplicação imediata, mas consideram-se válidos os atos processuais sob a égide da lei anterior.

c) O inquérito policial não é essencial para o oferecimento de denúncia criminal, uma vez tratar-se de procedimento dispensável, de natureza administrativa, mera peça informativa.

d) Havendo erro na classificação jurídica do fato imputado ao acusado, não há invalidade da denúncia, haja vista que o juiz não está vinculado à classificação do crime formulado na peça acusatória.

**22. Sobre a prisão em flagrante delito é incorreto afirmar:**

a) o chamado flagrante ficto, ou presumido, situação em que se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, não é aceito pela legislação nacional, uma vez que a situação flagrancial se estende por 24 horas do cometimento da infração, período após o qual, o cerceamento de liberdade somente pode ocorrer por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

b) Não é admitida prisão em flagrante, ou outra medida cautelar pessoal, em caso de crime a que não for cominada, isolada, cumulativa, ou alternativamente, pena privativa de liberdade.

c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

d) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão, assim como, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

**23. Assinale a alternativa incorreta.**

a) Se o Ministério Público requer o arquivamento do inquérito policial, não cabe ação penal privada subsidiária da pública.

b) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.

d) Admite-se, no processo penal, a citação com hora certa.

**24. Assinale a alternativa incorreta.**

a) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se verificar a falta dos motivos para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevier razões que a justifiquem.

b) Quando se tratar de uma organização criminosa, a autoridade policial pode retardar a realização de prisão em flagrante de seus membros, desde que mantidos sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações.

c) Além da prisão, o sistema processual penal prevê, atualmente, outras medidas cautelares pessoais.

d) O clamor público, por si só, é apto a justificar a prisão preventiva, em virtude do princípio democrático adotado pela política criminal nacional.

**25. Assinale a alternativa incorreta.**

a) A nulidade de um ato processual importa a dos atos que dele diretamente dependem ou sejam consequência.

b) Embargos infringentes é um recurso de exclusividade da defesa do réu, não sendo dado interpô-lo o Ministério Público.

c) As hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito constitui rol taxativo que, entretanto, comporta interpretação extensiva.

d) Compete à Justiça Federal a execução das penas impostas a sentenciados pela própria Justiça Federal, mesmo quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual, dada a prevalência da competência jurisdicional sobre a atribuição administrativa.

**26. Com relação as medidas cautelares de natureza real e consequências patrimoniais da condenação, constituem institutos previstos na legislação nacional:**

a) Alienação antecipada de bens, sequestro, arresto, hipoteca legal.

b) Perdimento civil de bens, confisco alargado, enriquecimento sem causa.

c) prisão em flagrante, temporária, provisória e decorrente de sentença penal transitada em julgado.

d) Nenhuma das anteriores pois no Brasil não se admite medida cautelar processual penal diante do princípio da presunção de inocência, bem como os efeitos civis e penais de condenação não se comunicam.

**27. Assinale a alternativa incorreta.**

a) Compete à Justiça Comum Estadual julgar crime de roubo contra agência do Banco do Brasil.

b) O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 01 (um) ano.

c) É cabível a suspensão condicional do processo no caso de desclassificação, operada em sede de sentença condenatória, de crime capitulado na vestibular acusatória pelo Procurador da República.

d) Compete à Justiça Federal o julgamento de contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.

**28. Assinale a alternativa incorreta:**

a) O juiz de direito pode, excepcionalmente, admitir que o pedido de interceptação telefônica seja feito verbalmente.

b) Para prorrogação do pedido de interceptação das comunicações telefônicas, a lei exige a transcrição integral da conversas até então obtidas, para que o juiz verifique a plausibilidade do pedido.

c) As interceptações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.

d) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

**GRUPO 3 - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

**29. Considere as seguintes assertivas acerca da vigência de leis no Brasil:**

I- Se houver previsão específica na própria lei, é possível que ela passe a ter vigência em dias diferentes em determinadas regiões do país.

II- Durante o período de *vacatio legis*, a lei não tem vigência.

III - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

IV - A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro não admite a repristinação.

Agora, assinale a alternativa correta:

a-) As assertivas I, II e III estão corretas.

b-) A assertiva III está errada.

c-) As assertivas II e IV estão corretas.

d-) As assertivas I e IV estão erradas.

**30. Claudinho, 17 anos de idade, casado, é ébrio eventual. Podemos afirmar que, para o exercício dos atos da vida civil, Claudinho é:**

a-) Relativamente incapaz.

b-) Absolutamente incapaz.

c-) Capaz.

d-) Capaz para os atos inerentes ao casamento e relativamente incapaz em relação aos demais.

**31. Assinale a alternativa correta:**

a-) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

b-) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.

c-) Capacidade de fato é a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil.

d-) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória.

**32. Clóvis contratou vender a Miguel, alternativamente, um automóvel Brasília ou um automóvel Variant. O valor contratado foi pago pontualmente por Miguel. Sobre o**



**cumprimento desse contrato, assinale a alternativa INCORRETA:**

a-) Se outra coisa não se estipulou, caberá a Miguel fazer a escolha entre o veículo Brasília e o veículo Variant.

b-) Nessa situação, o Código Civil autoriza que Miguel e Clóvis contratem a realização da escolha por terceiro.

c-) Se a entrega do automóvel Brasília se tornar inexequível, Miguel é obrigado a aceitar o automóvel Variant.

d-) Caso Clóvis tenha 17 anos de idade, mas se declare maior para Miguel, não poderá se eximir de entregar qualquer dos automóveis em razão da incapacidade relativa.

**33. Jorge, habilitado para dirigir, pegou o automóvel de Marildete emprestado para dar uma volta, prometendo restituí-lo em seguida. Logo no primeiro cruzamento, foi atingido por outro veículo que cruzou a preferencial, restando destruído o automóvel de Marildete. Os dois condutores saíram ilesos do acidente. Nessa situação:**

a-) Jorge tem o dever de reparar integralmente os danos sofridos por Marildete, podendo, depois, exercer direito de regresso contra o motorista culpado pelo acidente.

b-) Jorge tem o dever de reparar 50% dos danos sofridos por Marildete, devendo os outros 50% serem reparados pelo motorista culpado pelo acidente.

c-) Marildete deve receber o veículo tal qual se ache após o acidente, não tendo o direito de receber indenização de Jorge.

d-) Marildete pode exigir que os danos sejam reparados solidariamente por Jorge e pelo motorista culpado pelo acidente.

**34. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:**

a-) Os donos de hotéis, ainda que não haja culpa de sua parte, são civilmente responsáveis pelos danos causados por seus hóspedes.

b-) Nosso Direito não comporta a responsabilidade civil objetiva, sempre exigindo dolo ou culpa para que surja o dever de indenizar.

c-) Quando o ato ilícito também constituir crime, a responsabilidade civil é necessariamente vinculada à criminal.

d-) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado.

**35. Numa ação cível, o Ministério Público necessariamente deve intervir:**

a-) Quando houver litígio entre Estado estrangeiro e pessoa residente no Brasil.

b-) Quando a causa for concernente ao casamento.

c-) Quando a Fazenda Pública for ré.

d-) Quando a causa versar acerca da concessão de benefício previdenciário.

**36. NÃO se caracteriza como intervenção de terceiros:**

a-) A oposição.

b-) O litisconsórcio passivo facultativo.

c-) A nomeação à autoria.

d-) O chamamento ao processo.

**37. Assinale a alternativa correta:**

a-) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, caso, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e fique caracterizado o abuso de direito de defesa.

b-) Quando o juiz reconhecer a existência de litispendência, deve suspender o processo.

c-) Ao reconhecer a existência de prescrição, o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito.

d-) Por ser mais singelo, não se admite a produção de prova pericial no procedimento sumário.

**38. Considere as seguintes afirmativas acerca da ação rescisória:**

I-) Somente pode propor ação rescisória quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular;

II-) A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando violar literal disposição de lei ou de ato normativo.

III-) O ajuizamento da ação rescisória, por si só, não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.

IV-) O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória é de quatro anos, sendo reduzido para dois quando a sentença a rescindir beneficia a Fazenda Pública ou pessoa absolutamente incapaz.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a-) Todas as alternativas estão incorretas.
- b-) Somente a alternativa III está correta.
- c-) Somente as alternativas I, III e IV estão incorretas.
- d-) Somente as alternativas II e IV estão incorretas.

**39. Assinale a alternativa correta:**

- a-) A desistência de apelação interposta deve ser protocolada até a remessa dos autos para o tribunal.
- b-) Das sentenças proferidas em audiência deve ser imediatamente apresentada apelação oral pelas partes, sob pena de preclusão.
- c-) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar. Nesse caso, é facultado ao próprio juiz prolator da sentença, dentro de 48 horas, reformar sua decisão.
- d-) Quando atua como fiscal da lei, o Ministério Público somente poderá apelar caso uma das partes também o fizer.

**40. Assinale a alternativa correta:**

- a-) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- b-) É competente o foro do domicílio do credor para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- c-) A incompetência absoluta deve ser arguida por meio de exceção.
- d-) A competência territorial é, em regra, absoluta.



42. Letícia, uma trabalhadora rural aposentada, estava na rodoviária de Foz do Iguaçu, onde tinha ido fazer uma visita à sua filha, por ocasião do nascimento de sua neta, esperando um ônibus com destino a Curitiba, onde reside. Antes do embarque, porém, um jovem paraguaio, simpático e bem educado, foi conversar com ela, rogando-lhe que levasse uma caixa que continha medicamentos para sua tia, acometida de grave enfermidade, a qual deveria ser entregue a seu primo, Mévio, que a estaria esperando no desembarque. Letícia, comovida com a situação, aceitou a incumbência e embarcou com a caixa. No decorrer da viagem, contudo, o ônibus foi parado na estrada para uma fiscalização de rotina, ocasião em que policiais rodoviários federais questionaram a Letícia acerca do conteúdo da caixa. Já alertados do *modus operandi* de uma quadrilha de tráfico internacional atuante na região, resolveram abrir a caixa e descobriram, em seu interior, 250g de cocaína. Surpresa, a senhora ficou visivelmente incomodada com a situação. Tício, um dos policiais que participavam da fiscalização, decidiu acompanhá-la então até o desembarque em Curitiba, onde pôde visualizar Mévio esperando a encomenda. Assim que se apresentou, Tício deu voz de prisão a Mévio e Letícia, levando-os à delegacia. No interrogatório, Mévio confessou o delito, incluindo a transnacionalidade, mas não soube declinar o nome do paraguaio, ao passo que Letícia manteve sua versão dos fatos, realçando que nada sabia da droga, pois se soubesse não teria aceito o transporte. Concluído o inquérito policial, qual a atitude a ser tomada pelo Ministério Público Federal, fundamentadamente, em relação a Mévio e a Letícia?

Limite de linhas: 10 (linhas adicionais serão desconsideradas).





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2015 PARA  
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE  
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO.

**GABARITO**

<b>1</b>	C	<b>11</b>	D	<b>21</b>	A	<b>31</b>	A
<b>2</b>	D	<b>12</b>	C	<b>22</b>	A	<b>32</b>	A
<b>3</b>	C	<b>13</b>	C	<b>23</b>	C	<b>33</b>	C
<b>4</b>	D	<b>14</b>	A	<b>24</b>	D	<b>34</b>	A
<b>5</b>	B	<b>15</b>	D	<b>25</b>	D	<b>35</b>	B
<b>6</b>	C	<b>16</b>	A	<b>26</b>	A	<b>36</b>	B
<b>7</b>	D	<b>17</b>	B	<b>27</b>	D	<b>37</b>	A
<b>8</b>	C	<b>18</b>	A	<b>28</b>	B	<b>38</b>	B
<b>9</b>	C	<b>19</b>	B	<b>29</b>	D	<b>39</b>	C
<b>10</b>	A	<b>20</b>	C	<b>30</b>	C	<b>40</b>	A